

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO PLANEJAMENTO FAMILIAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS REPRODUTIVOS

THE ROLE OF NURSING IN FAMILY PLANNING: PROMOTING HEALTH AND PREVENTING REPRODUCTIVE RISKS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.024-007>

Maria Elayne dos Santos Vieira

Bacharelado em Enfermagem

Centro Universitário Santa Maria

E-mail: mariaelayne.8@gmail.com

Geane Silva Oliveira

Mestre em Enfermagem pela UFPB

Docente do Centro Universitário Santa Maria

E-mail: geane32.silva@gmail.com

Maria Raquel Antunes Casimiro

Doutoranda em Gestão de Recursos Naturais pela UFCG

Docente do Centro Universitário Santa Maria

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1655-7845>

Ocilma Barros de Quental

Doutora em Ciências da Saúde

Centro Universitário Santa Maria

Departamento de Enfermagem

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4075-2755>

RESUMO

O planejamento familiar é uma estratégia fundamental para a promoção da saúde e prevenção de riscos reprodutivos, assegurada pela Lei nº 9.263/1996 e executada principalmente na Atenção Primária à Saúde (APS). A enfermagem desempenha papel central nesse contexto, atuando por meio de ações educativas, acolhimento humanizado, prescrição de métodos contraceptivos conforme protocolos e acompanhamento contínuo. Este artigo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem no planejamento familiar, evidenciando suas contribuições para a autonomia reprodutiva, prevenção de gestações não planejadas e promoção da saúde sexual. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases SciELO, BVS, LILACS e Google Acadêmico, considerando publicações entre 2020 e 2025. Os resultados apontam que o enfermeiro exerce funções de educador, orientador e facilitador do acesso aos métodos contraceptivos, contribuindo significativamente para a redução de agravos materno-infantis e para o fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Conclui-se que a enfermagem é indispensável na efetivação do planejamento familiar, embora enfrente desafios como a escassez de recursos, barreiras culturais e necessidade de capacitação contínua.

Palavras-chave: Planejamento familiar; Enfermagem; Saúde reprodutiva; Promoção da saúde; Atenção Primária.



ABSTRACT

Family planning is a fundamental strategy for health promotion and prevention of reproductive risks, supported by Brazilian Law 9.263/1996 and primarily implemented within Primary Health Care. Nursing plays an essential role in this context through educational actions, humanized care, counseling, prescription of contraceptive methods according to official protocols, and continuous follow-up. This article aims to analyze the role of nursing in family planning, highlighting its contributions to reproductive autonomy, prevention of unplanned pregnancies, and promotion of sexual health. This narrative literature review included articles published between 2020 and 2025 in SciELO, BVS, LILACS, and Google Scholar databases. Results indicate that nurses act as educators and facilitators of access to contraceptive methods, significantly contributing to reducing maternal and infant risks and strengthening sexual and reproductive rights. It is concluded that nursing is essential for the effectiveness of family planning, despite ongoing challenges such as limited resources, cultural barriers, and the need for continuous training.

Keywords: Family planning; Nursing; Reproductive health; Health promotion; Primary Health Care.



1 INTRODUÇÃO

O planejamento familiar é reconhecido como uma estratégia essencial para a promoção da saúde pública, pois permite que indivíduos e casais tomem decisões responsáveis e informadas sobre o número de filhos desejado, o espaçamento entre as gestações e o momento ideal para a reprodução. No Brasil, esse direito é assegurado pela Lei nº 9.263/1996, que regulamenta o planejamento familiar como uma ação de saúde baseada no princípio da livre decisão e no acesso universal a métodos contraceptivos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, o planejamento familiar se configura como uma política voltada à autonomia, à prevenção de agravos e à redução da mortalidade materno-infantil (COSTA; CASTRO; PAZ, 2022).

A enfermagem desempenha papel estratégico nesse campo, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), onde o vínculo longitudinal com os usuários favorece a abordagem integral e humanizada. O enfermeiro é responsável por orientar sobre sexualidade, métodos contraceptivos, riscos reprodutivos, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, em muitas situações, constitui o primeiro profissional procurado por mulheres, adolescentes e casais que buscam informações ou métodos preventivos (VENTURA et al., 2022).

Apesar disso, diversos fatores dificultam a efetivação plena do planejamento familiar, como a carência de recursos materiais, desconhecimento da população, barreiras culturais e sobrecarga de trabalho dos profissionais. Ainda assim, a literatura mostra que a atuação da enfermagem é determinante para a ampliação do acesso, para a promoção da autonomia reprodutiva e para a prevenção de gestações não planejadas e de agravos maternos (COSTA et al., 2025).

Assim, torna-se relevante analisar criticamente o papel da enfermagem nesse processo, destacando suas potencialidades, desafios e contribuições para o cuidado integral. O presente artigo busca responder: como a atuação do enfermeiro contribui para a efetivação do planejamento familiar e para a prevenção de riscos reprodutivos na sociedade.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo e descritivo. A busca dos materiais científicos foi realizada nas bases SciELO, LILACS, BVS e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “enfermagem”, “planejamento familiar”, “saúde reprodutiva” e “promoção da saúde”, combinados com o operador booleano AND.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, escritos em língua portuguesa, que abordassem diretamente a atuação da enfermagem no planejamento familiar, a saúde reprodutiva ou ações de prevenção de riscos. Excluíram-se artigos repetidos, com acesso restrito, estudos de opinião sem respaldo científico e materiais que não discutiam a atuação da enfermagem no tema.



Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados de forma temática, com base nos principais pontos abordados pela literatura: atribuições da enfermagem, desafios da assistência, ações educativas, prescrição de contraceptivos e promoção da saúde sexual.

A presente revisão narrativa foi complementada com uma análise ampliada da literatura, integrando diferentes abordagens teóricas e perspectivas metodológicas sobre o papel da enfermagem no planejamento familiar. Além da busca nas bases SciELO, LILACS, BVS e Google Acadêmico, realizou-se uma leitura exploratória de documentos normativos, diretrizes clínicas e manuais emitidos pelo Ministério da Saúde, buscando integrar ao estudo elementos legais e orientações atualizadas sobre a prática profissional no âmbito da atenção sexual e reprodutiva.

Essa ampliação metodológica possibilitou uma compreensão mais aprofundada das práticas desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde, contemplando não apenas a assistência direta, mas também os fatores macroestruturais que influenciam o trabalho do enfermeiro, como políticas públicas, financiamento, gestão de insumos, organização dos serviços e formação profissional.

O processo de análise seguiu a técnica de categorização temática, que permitiu agrupar os achados em eixos interpretativos que dialogam com os princípios da APS (universalidade, integralidade, longitudinalidade e coordenação do cuidado). Tais categorias foram revisadas e validadas à luz dos marcos conceituais da saúde pública e da enfermagem, garantindo coerência teórica e rigor acadêmico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permitiu identificar que a enfermagem possui atuação ampla e determinante no planejamento familiar. Os principais achados estão organizados em eixos temáticos:

3.1 EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO EIXO CENTRAL

A educação em saúde foi o ponto mais enfatizado, destacando o papel do enfermeiro na oferta de informações acessíveis sobre métodos contraceptivos, riscos, eficácia e efeitos adversos. Essa orientação reduz falhas de uso e favorece escolhas reprodutivas mais seguras (ALVES et al., 2020).

A educação em saúde se configura como o alicerce do planejamento familiar e aparece reiteradamente, na literatura, como a ferramenta mais eficaz empregada pela enfermagem na Atenção Primária. Seu papel transcende a simples transmissão de informações sobre métodos contraceptivos; ela envolve um processo formativo contínuo, dialógico e culturalmente sensível, que busca promover autonomia e tomada de decisão consciente.

O enfermeiro, ao desenvolver ações educativas, não atua como mero repassador de conteúdo, mas como mediador de saberes. Ele identifica lacunas de conhecimento, desconstrói mitos e crenças equivocadas comuns em contextos com pouco acesso à informação e promove o pensamento crítico sobre



saúde sexual e reprodutiva. Além disso, adapta sua linguagem e abordagem às especificidades de cada público, seja ele formado por adolescentes, jovens casais, mulheres em idade fértil, população LGBTQIA+ ou grupos em contexto de vulnerabilidade.

A literatura também evidencia que metodologias participativas ampliam o engajamento dos usuários: rodas de conversa, dramatizações, debates, dinâmicas educativas e oficinas são estratégias que facilitam a compreensão e ajudam a fixar conteúdos essenciais, como eficácia dos métodos, riscos de uso incorreto e efeitos colaterais. Em comunidades tradicionais, como ribeirinhas e indígenas, o enfermeiro atua de forma intercultural, reconhecendo saberes locais e integrando-os ao processo educativo.

Assim, a educação em saúde conduzida pela enfermagem não apenas orienta, mas transforma realidades sociais e reprodutivas, contribuindo para trajetórias mais seguras, conscientes e alinhadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

3.2 ACOLHIMENTO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA REPRODUTIVA

O acolhimento humanizado e a escuta qualificada são fundamentais para que os usuários expressem dúvidas e receios, especialmente adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa prática fortalece a autonomia reprodutiva e o vínculo com a APS (VENTURA et al., 2022).

O acolhimento realizado pela enfermagem tem sido descrito como uma das práticas mais potentes no campo da saúde reprodutiva. Ele cria um ambiente de confiança que permite aos usuários expressarem sentimentos, inseguranças, dúvidas e experiências, muitas vezes relacionadas a dinâmicas familiares, relações afetivas e questões íntimas que impactam diretamente na tomada de decisão sobre planejamento familiar.

A literatura evidencia que adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade como vítimas de violência doméstica, migrantes, população LGBTQIA+ e jovens que não possuem apoio familiar dependem do acolhimento qualificado da enfermagem para acessar serviços de forma segura. Nesses casos, o enfermeiro atua como figura de suporte emocional e orientador, permitindo que decisões reprodutivas sejam tomadas de forma consciente e livres de coerção.

Outro aspecto relevante é que o acolhimento possibilita identificar barreiras sociais que influenciam o comportamento sexual, como desigualdades de gênero, baixa escolaridade e dependência econômica. Ao reconhecer essas barreiras, o enfermeiro consegue construir planos de cuidado individualizados, capazes de fortalecer a autonomia reprodutiva dos usuários.

Assim, o acolhimento vai além da escuta: ele se torna uma ferramenta ética e política, que assegura o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.



3.3 PRESCRIÇÃO E MANEJO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Em diversas localidades, o enfermeiro exerce a prescrição de métodos contraceptivos seguindo protocolos estabelecidos. Essa autonomia reduz a sobrecarga médica, amplia o acesso e contribui para a redução de gestações não planejadas (COSTA et al., 2025).

A ampliação da autonomia profissional da enfermagem, especialmente após a consolidação de protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde, contribuiu para redefinir o papel do enfermeiro no planejamento familiar. Em muitas localidades, a prescrição de contraceptivos por enfermeiros reduziu o tempo de espera, diminuiu a sobrecarga dos médicos e ampliou a cobertura dos serviços.

Além da prescrição, o enfermeiro é responsável por orientar sobre o uso correto, manejo de efeitos adversos, troca de métodos e necessidade de retorno. A literatura revela que essa atuação personalizada reduz significativamente a taxa de abandono dos contraceptivos, aumentando a eficácia dos métodos e prevenindo falhas que poderiam resultar em gestações não planejadas.

Outro ponto destacado é a capacidade do enfermeiro de identificar contraindicações e situações de risco, como hipertensão, tabagismo em mulheres acima de 35 anos e histórico de trombose. Essa avaliação clínica qualificada garante maior segurança no uso dos métodos.

Em áreas remotas, como regiões ribeirinhas e zonas rurais, o enfermeiro muitas vezes é o único profissional disponível, o que reforça ainda mais sua importância na oferta de métodos contraceptivos. Nesses cenários, sua atuação se torna fundamental para a garantia da equidade e do acesso universal.

Dessa forma, a prescrição e o manejo clínico realizados pela enfermagem representam não apenas um avanço técnico, mas um marco de reorganização dos modelos assistenciais dentro da Atenção Primária à Saúde. A autonomia conferida aos enfermeiros passa a ser compreendida como uma estratégia de democratização do cuidado, ao permitir que a população tenha acesso rápido, seguro e contínuo aos métodos contraceptivos, especialmente em regiões onde o número de médicos é limitado ou onde há grande rotatividade desses profissionais.

Além disso, a literatura evidencia que a presença do enfermeiro na linha de frente do planejamento familiar contribui para uma abordagem mais humanizada e acolhedora. Por estarem mais próximos do cotidiano dos usuários seja por meio de consultas, escuta qualificada ou visitas domiciliares os enfermeiros conseguem identificar aspectos emocionais, culturais e sociais que influenciam diretamente a adesão aos métodos contraceptivos. Essa percepção ampliada favorece intervenções mais assertivas, sensíveis e alinhadas às necessidades individuais.

Outro aspecto relevante é o acompanhamento longitudinal. A relação contínua entre enfermeiro e usuário possibilita ajustes regulares do método, monitoramento dos efeitos colaterais, avaliação da satisfação e promoção de mudanças quando necessário. Assim, o planejamento familiar deixa de ser uma



ação pontual e passa a ser compreendido como um processo contínuo de cuidado, que acompanha o ciclo de vida das pessoas, respeitando suas fases, seus projetos familiares e suas vulnerabilidades.

O enfermeiro também atua na mediação entre o usuário e os diferentes níveis de atenção do sistema de saúde. Quando identifica riscos ou condições que requerem avaliação especializada como suspeita de eventos tromboembólicos, hipertensão descontrolada ou sangramentos anormais realiza os encaminhamentos necessários, garantindo articulação com serviços de média e alta complexidade. Essa coordenação fortalece o princípio da integralidade e assegura a continuidade do cuidado.

É importante destacar que, em cenários de maior vulnerabilidade social, a enfermagem assume papel ainda mais estratégico. Em comunidades rurais isoladas, distritos distantes e territórios ribeirinhos, o enfermeiro costuma ser o principal ponto de acesso da população ao sistema de saúde. Nessas localidades, sua capacidade de prestar assistência clínica, educativa e preventiva se torna essencial para o exercício dos direitos reprodutivos e para a redução das desigualdades territoriais no acesso à contraceção.

3.4 PREVENÇÃO DE ISTS E PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL

O planejamento familiar transcende a anticoncepção, envolvendo ações educativas sobre prevenção de ISTs, uso de preservativos, práticas sexuais seguras e identificação precoce de vulnerabilidades.

A prevenção de ISTs é apresentada na literatura como um dos componentes mais estratégicos do trabalho da enfermagem. Ao integrar ações de educação, aconselhamento e distribuição de preservativos, o enfermeiro atua diretamente na redução de riscos e na proteção da saúde sexual dos usuários.

Além das orientações tradicionais, a enfermagem tem incorporado novas abordagens, como educação sobre sexo seguro, prevenção combinada, uso da profilaxia pós-exposição (PEP) e pré-exposição (PrEP), quando disponíveis na rede. Essas práticas ampliam o escopo da enfermagem na APS e aproximam o planejamento familiar de uma perspectiva mais abrangente de saúde sexual.

A literatura aponta que o enfermeiro desempenha papel importante na identificação precoce de sinais e sintomas de ISTs, fortalecendo o diagnóstico oportuno e o encaminhamento adequado. Essa prática reduz complicações tardias, como infertilidade, doença inflamatória pélvica e transmissão vertical.

A promoção da saúde sexual, portanto, transcende a contraceção e envolve um conjunto de ações integradas que dialogam diretamente com a dignidade, os direitos e a autonomia dos usuários.

3.5 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

Classificação Temática da Prática de Enfermagem no Planejamento Familiar nas Perspectivas de Saúde, Doença e Prevenção



Categoria	Descrição (baseada nos resultados apresentados)
Saúde	A enfermagem promove saúde reprodutiva por meio de orientações claras, acolhimento e acompanhamento contínuo dos usuários. A educação em saúde aparece como o principal instrumento para fortalecer escolhas conscientes e seguras.
Doença	Relaciona-se às vulnerabilidades que podem surgir pela falta de informação, uso inadequado de métodos contraceptivos e riscos associados às ISTs, especialmente entre adolescentes e grupos vulneráveis.
Prevenção	Envolve ações educativas sobre métodos contraceptivos, manejo adequado, prevenção de ISTs, incentivo ao uso de preservativos e esclarecimento de dúvidas. Inclui também a prescrição de contraceptivos pelo enfermeiro, quando permitido por protocolos, evitando gestações não planejadas.
Características da Atuação da Enfermagem	Abrange acolhimento humanizado, escuta qualificada, oferta de informações acessíveis, manejo e prescrição de contraceptivos, promoção da autonomia reprodutiva e ações integradas de saúde sexual. Inclui também os desafios enfrentados: falta de insumos, barreiras socioculturais, desconhecimento dos usuários, sobrecarga de trabalho e necessidade constante de atualização profissional.

Os estudos apontam limitações como:

- falta de recursos e insumos;
- desconhecimento dos usuários;
- barreiras socioculturais;
- sobrecarga de trabalho;
- necessidade de capacitação contínua.

Esses obstáculos impactam a qualidade e abrangência das ações realizadas na APS.

Os desafios enfrentados pela enfermagem no planejamento familiar apresentam raízes estruturais, organizacionais e socioculturais. A literatura descreve que a escassez de insumos, a falta de capacitação continuada e a sobrecarga de trabalho são fatores que impactam negativamente a qualidade da assistência.

Além disso, questões culturais como tabus sobre sexualidade, preconceitos de gênero e resistência ao uso de contraceptivos dificultam a adesão às ações educativas. O enfermeiro, nesse contexto, precisa



desenvolver habilidades comunicacionais sensíveis e estratégias pedagógicas que respeitem a diversidade cultural das comunidades atendidas.

Outro desafio significativo é a insuficiência de políticas públicas robustas e investimentos contínuos na APS. A falta de estrutura física, de salas de acolhimento privadas, de materiais educativos e de recursos humanos compromete o alcance das ações.

Apesar desses obstáculos, a literatura aponta que o comprometimento da enfermagem tem sido fundamental para manter o planejamento familiar como eixo prioritário da saúde reprodutiva no Brasil.

4 CONCLUSÃO

A enfermagem tem papel decisivo no planejamento familiar, atuando não apenas como educadora e orientadora, mas como uma figura central na mediação entre o usuário e o sistema de saúde. O enfermeiro, ao estabelecer vínculo contínuo com a comunidade, possibilita que informações sejam transmitidas de maneira acessível, ética e contextualizada, o que fortalece a capacidade dos indivíduos de compreenderem seus direitos, reconhecerem seus limites corporais e fazerem escolhas reprodutivas seguras. Nesse contexto, sua atuação ultrapassa a dimensão técnica da prescrição de métodos contraceptivos: ela se transforma em uma prática social, que envolve acolhimento, diálogo e construção coletiva de saberes.

As ações desenvolvidas pela enfermagem contribuem diretamente para a promoção da saúde, pois permitem que homens, mulheres e adolescentes tenham acesso a informações confiáveis sobre saúde sexual, contracepção e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. A partir desse processo educativo contínuo, o enfermeiro reduz vulnerabilidades, previne gestações não planejadas e minimiza riscos reprodutivos que poderiam resultar em desfechos adversos, como mortalidade materna, complicações obstétricas e impactos socioeconômicos para famílias e comunidades. Assim, a enfermagem consolida-se como uma força multiplicadora de conhecimento e segurança, contribuindo para trajetórias reprodutivas mais saudáveis e autônomas.

O trabalho do enfermeiro também reforça os direitos sexuais e reprodutivos, assegurando que os usuários tenham condições reais de decidir quando, como e se desejam ter filhos. Ao promover a escuta qualificada, o enfermeiro identifica situações de violência doméstica, abuso sexual, relações coercitivas e outras formas de opressão que afetam diretamente a autonomia reprodutiva. A intervenção profissional, nesses casos, atua como instrumento de proteção, garantindo não apenas o acesso aos métodos, mas também o encaminhamento adequado e o suporte psicossocial necessário para romper ciclos de vulnerabilidade.

Ademais, a autonomia dos indivíduos frente às decisões sobre sua saúde sexual é amplamente ampliada quando acompanhada de orientações contínuas, consultas de retorno, acompanhamento longitudinal e disponibilidade de métodos adequados às necessidades específicas de cada pessoa. O planejamento familiar, nesse sentido, torna-se um processo dinâmico, no qual o enfermeiro avalia



constantemente fatores como idade, histórico de saúde, condições socioeconômicas, cultura, expectativas e desejos reprodutivos.



REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Analécia Dâmaris da Silva et al. Atuação do enfermeiro no planejamento familiar na ESF: revisão integrativa. *Open Science Research*, v. 10, n. 1, p. 343-359, 2023.
- ALVES, Rayssa Stéfani Sousa et al. Planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde, e a assistência de enfermagem. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, p. 1-13, 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996. Regula o planejamento familiar. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- COSTA, Ellen de Souza et al. Planejamento familiar e os impactos na sociedade: papel do enfermeiro. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2025.
- COSTA, Iv Zulaiê Araújo; CASTRO, Iara Silva Alves; PAZ, Francisco Adalberto Nascimento. Atuação do enfermeiro no planejamento familiar na atenção básica. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e226111637825, 2022.
- COSTA, Jessica Santos Passos. Profissional de enfermagem no planejamento familiar na atenção básica: revisão integrativa. *Rev. Saúde.Com*, v. 16, n. 2, p. 1839-1847, 2020.
- PASSOS, Maria Anita Coelho et al. Intervenções do enfermeiro na indicação do planejamento familiar natural: revisão de escopo. *JMPHC*, v. 15, p. e001, 2023.
- PEREIRA, Ana Maria Martins et al. Planejamento familiar com ênfase nos métodos naturais: Revisão de literatura. Seven Editora, p. 163-169, 2023.
- SOUSA, Francisco Lucas Leandro et al. Assistência de enfermagem frente ao planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, p. e45710110506, 2021.
- VENTURA, Hemmily Nóbrega Ventura Nóbrega et al. O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 96, n. 40, 2022.